



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

RITA MARIA LIMA CAVALCANTI

**LEITURA E RELEITURA DA IMAGEM: arte como educação e
cidadania.**

ITAPORANGA – PB

2014

RITA MARIA LIMA CAVALCANTI

**LEITURA E RELEITURA DA IMAGEM: arte como educação e
cidadania.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof^a Íris Maria Barbosa Alves

ITAPORANGA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C376l Cavalcanti, Rita Maria Lima

Leitura e releitura da imagem [manuscrito] : arte como educação e cidadania / Rita Maria Lima Cavalcanti. – 2014.
31 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Íris Maria Barbosa Alves,
Departamento de Educação".

1. Leitura de imagem. 2. Educação em arte. 3. Cidadania. I.
Título.

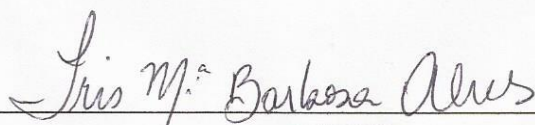
21. ed. CDD 372.6

RITA MARIA LIMA CAVALCANTI

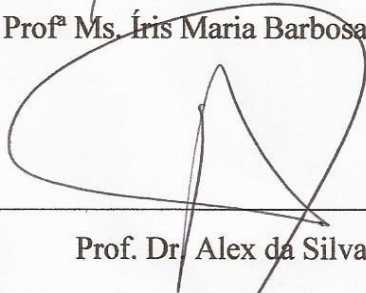
**LEITURA E RELEITURA DA IMAGEM: arte como educação e
cidadania.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

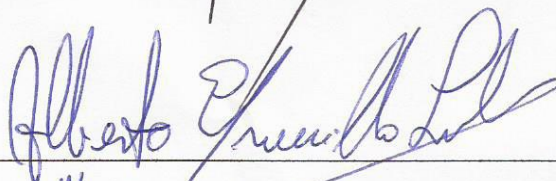
Aprovada em: 27/09/ 2014



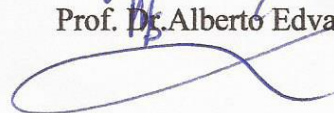
Prof^a Ms. Iris Maria Barbosa Alves/UEPB



Prof. Dr. Alex da Silva- UEPB



Prof. Dr. Alberto Edvanildo Sobreira Coura-UEPB



À memória da minha mãe, pelo exemplo de retidão,
força e determinação que me fizeram seguir nessa
dura e instigante batalha, que é a luta pela
sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, pela vida;
- À minha filha, que sem sua orientação, apoio e amor, eu não teria conseguido. Por ela, minha incessante busca pelo conhecimento;
- A todos os professores, pela competência, incentivo e dedicação durante este percurso tão importante para o meu crescimento profissional;
- Ao Governo do Estado da Paraíba, pela demonstração de respeito e valorização aos profissionais do Magistério.

RESUMO

A educação, nas suas mais variadas formas, sempre realizou um papel fundamental na construção da cidadania do indivíduo. Neste contexto, a Educação em Arte compõe um cenário com extremo potencial de formação de cidadão, posto que lança mão de um leque de enfoques temáticos e vertentes em relação com os outros saberes. O ensino da Arte na escola implica, então, valores de liberdade e criticidade, atuando em favor da autonomia do indivíduo, por meio da articulação de diversos fatores, como percepções sensoriais, conhecimento das técnicas, identificação dos movimentos artísticos, contextualidade histórica, entre outros. O conjunto desses fatores, aliado à noção de escola democrática, podem contribuir enormemente para o desenvolvimento do aluno ao exercício da cidadania. Desta forma, creditando na capacidade da Educação em Arte instigar e motivar a discussão e reflexão no seu processo criativo que engloba inúmeras expressões, pretendemos apresentar algumas implicações dessa relação entre a Arte e cidadania de acordo com a experiência vivenciada. Assim, no capítulo I, objetivamos problematizar a escola enquanto espaço de busca e prática de cidadania. No capítulo II apresentamos a relação de Educação em Arte e cidadania, elegendo o ensino da Arte como possibilitador e legitimador de um grande trabalho de estímulo à emancipação do aluno e à vivência de práticas sociais conscientes e democráticas. Finalmente, no capítulo III, sobre leitura e releitura da imagem, que compreende, também, à contextualização da mesma, perscrutaremos a noção de leitura e releitura de imagem como meio importante na concepção de Arte na pós-modernidade, especificamente, no âmbito da educação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Arte. Arte e cidadania. Contextualização da obra de Arte. Leitura e releitura da imagem.

ABSTRACT

The education, in its many forms, has always held a key role in building citizenship of the individual. In this context, the Art Education composes a scene with extreme potential to form citizen, since it makes use of a range of approaches and thematic strands in relation to other knowledge. The teaching of art in school then implies values of freedom and criticism, acting in favor of individual autonomy, through the articulation of several factors, such as sensory perceptions, knowledge of techniques, identification of artistic movements, historical contextuality, among others . All these factors, combined with the notion of democratic school, can contribute greatly to the development of the student citizenship. Thus, crediting the capacity of Education in Art instigate and encourage discussion and reflection on the creative process that encompasses numerous expressions, we intend to present some implications of this relationship between art and citizenship according to the lived experience. Thus, in Chapter I, we aim to discuss the school while the search space and practice of citizenship. In Chapter II we present the relationship of Art Education and citizenship, choosing teaching Art as an enabler and legitimizing a great job of stimulating the emancipation of the student and the experience of conscious social and democratic practices. Finally, in Chapter III, on reading and rereading the image, which also comprises the contextualization of the same, we investigate the notion of reading and rereading image as an important means in the design of art in postmodernity, specifically in education school.

KEYWORDS: Art Education. Art and citizenship. Contextualization of the work of art. Reading and rereading of the image.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA.....	12
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO EM ARTE E CIDADANIA.....	17
CAPÍTULO III - LEITURA E RELEITURA DA IMAGEM.....	24
3.1. A Proposta Triangular de Ana Mae Barbosa.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

Vivemos em um Estado Democrático de Direito e pensar cidadania nesse aspecto implica em conhecer aquilo de que dispomos enquanto cidadãos para exercer nosso papel em sociedade. Possuímos direitos e deveres e isso já se constitui como óbvio. Entretanto, será que estamos de fato suficientemente preparados e conscientes a ponto de compreendermos e questionarmos o sistema onde estamos inseridos?

Muitos são os valores que permeiam nossas instituições e impedem o pleno desenvolvimento da democracia. A escola é uma dessas instituições e, pelo seu caráter basilar na formação de um indivíduo em nossa cultura, detém um grande quadro de elementos que necessitam ser revistos em virtude da posição que ocupa no e para o propósito democrático.

Vários são os elementos que constituem o âmbito escolar e a articulação deles deve convergir para a afirmação da proposta democrática, visando à integração, sem desconsiderar as diferenças, promovendo o diálogo, o respeito e alteridade, pois, como afirma Araújo:

Se queremos falar de democracia na escola, devemos, ao mesmo tempo, reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres e buscar aqueles aspectos em que todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos. Estou falando, por exemplo, do direito ao diálogo, a livre expressão de seus sentimentos e ideias, ao tratamento respeitoso, a dignidade, etc. Tanto nas escolas quanto nos hospitais e nas famílias. Estou me referindo, afinal, a igualdade de direitos que configura a cidadania. (s/d, p. 03)

Assim, acreditar na influência que o ensino possui na vida do indivíduo torna possível a reconfiguração da escola, abandonando-se os velhos parâmetros de educação para fazer emergir a verdadeira consonância desta com a democracia.

Outrossim, reformular o conteúdo das disciplinas a fim de proporcionar uma conexão com a realidade que vivemos, fazendo com o que o aluno vislumbre, através do que é estudado, para além dos formalismos e técnicas, é uma tarefa que se constitui de enorme necessidade. E é neste sentido que destacamos o potencial que a Educação em Arte possui no empreendimento de educar também para a cidadania, posto sua variedade de interligações com as diversas áreas do saber.

A Educação em Arte, nos atuais parâmetros que os esforços pedagógicos têm empreendido, lança mão de características importantes que superam a ideia convencional de formar a personalidade artística, que seria desenvolver competências específicas que acabam legitimando um reducionismo do aprendizado da Arte.

A reconfiguração do ensino da Arte na escola passa a implicar, portanto, valores de liberdade e criticidade, atuando em favor da autonomia do indivíduo, por meio da articulação de diversos fatores, como percepções sensoriais, conhecimento das técnicas, identificação dos movimentos artísticos, contextualidade histórica, entre outros. O conjunto desses fatores, aliado à noção de escola democrática, podem contribuir enormemente para o desenvolvimento do aluno ao exercício da cidadania.

Neste trabalho, então, destacamos a noção de leitura e releitura de imagens como uma prática funcional no exercício do senso crítico e da livre expressão em matéria de Arte. Pensar a leitura para além da linguagem verbal e propor uma alfabetização para a linguagem visual faz-se mister devido ao leque de possibilidades que o mundo nos oferece, seja através da dança, do cinema, da publicidade, das obras de arte, etc.

Aqui, intentamos a ideia de releitura em oposição à de cópia. Este é um entendimento que, a nosso ver, necessita ser reformulado a fim de se estabelecer a devida relação com o propósito da nova expressão da Arte na educação. Rer ler uma imagem trata-se de uma atitude que se relaciona à atribuição de sentido e interpretação daquilo que se observa.

Tal prática recai no campo do questionamento, da manifestação do subjetivo e do diálogo com as diferentes formas de olhar uma mesma imagem. Treinar a releitura não se encerra na área da Arte, mas pode alçar voos para outros horizontes, posto às capacidades que são estimuladas no sentido de expressar a impressão que se causa no indivíduo, atentando-se aos detalhes e pormenores que podem ser decisivos na compreensão de cada um.

Sendo assim, procuramos realizar este trabalho para mostrar a interdependência entre a Arte e a tomada de consciência, a qual se traduz em potencial ao exercício pleno dos direitos e deveres. Então, segue a nossa apresentação de uma lógica que compreende a educação, a Arte e a cidadania.

No capítulo I, então, objetivamos problematizar a escola enquanto espaço de busca e prática de cidadania. Aqui iremos ressaltar a relação da escola com a cidadania, apresentando-a como um ambiente de convivência plural e propício ao debate sobre assuntos de uma maneira geral, que permitem à construção e vivência da cidadania.

No capítulo II, apresentaremos a relação de Educação em Arte e cidadania, elegendo o ensino da Arte como possibilitador e legitimador de um grande trabalho de estímulo à emancipação do aluno e à vivência de práticas sociais conscientes e democráticas.

Finalmente, no capítulo III, sobre leitura e releitura da imagem, que compreende, também, à contextualização da mesma, perscrutaremos a noção de leitura e releitura de imagem como meio importante na concepção de arte na pós-modernidade, especificamente,

no âmbito da educação escolar. Tal concepção implica falar da arte enquanto cultura e expressão, possibilitando, então, pensar em liberdade e criticidade, isto é, autonomia do indivíduo para analisar as expressões artísticas, compreender as culturas e se posicionar criticamente diante do mundo onde vive.

CAPÍTULO I – ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

A escola, durante muito tempo, não se constituía em uma instituição básica na vida do cidadão ocidental e o parâmetro de educação, tal qual o conhecemos hoje, foi sendo, aos poucos, desenvolvido e inserido em âmbitos institucionais. O aprendizado no espaço familiar e adulto era o verdadeiro responsável por formar habilidades, de um modo geral, nas crianças e adolescentes.

A escola era exceção na sociedade, estando destinada, sobretudo, ao clérigo, passando a ser estendida, gradativamente, ao restante do público, a partir de meados do século XVI, sob a influência dos moralistas, que acreditavam que “a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos” (ARIÈS, 1978, p. 277).

Nesse contexto, a educação escolar assumiu um caráter extremamente rígido e civilizador, onde correções físicas eram admitidas, sendo a escola, logo, o ambiente responsável por instituir a correção do indivíduo para sua conseqüente adequação ao contexto socio-político-econômico vigente. Estes aspectos, a partir do século XVIII, viria a ser, pouco a pouco, repensado.

Na realidade brasileira, percebemos a construção de uma rede de ensino pública pautada, desde o Império, numa base dual, onde o acesso à educação claramente se distinguia e se direcionava para diferentes classes sociais. Essa dualidade se refere principalmente a uma educação popular e outra elitista, onde esta possuía inúmeros benefícios em oportunidades em detrimento da outra, e a qual sabemos ser hoje, ainda, extremamente visível em diferentes regiões do Brasil.

Pensar, então, a escola dentro de um sistema democrático, é questionar inúmeros parâmetros e valores que perpassam o desdobramento do ensino e da educação nesse ambiente, procurando observar se de fato são cumpridos com eficácia os objetivos pretendidos pela nossa Carta Maior.

Nossa República tem como um dos seus fundamentos à cidadania (Art. 1º, II), e esta é entendida como o pleno exercício dos direitos e deveres políticos e sociais emanados pelo nosso ordenamento jurídico. Assim, estar ciente do seu papel enquanto membro do Estado Democrático de Direito, agindo e lutando em prol daquilo que é desejável para a efetivação dos nossos princípios fundamentais, é ser cidadão.

Ainda em matéria de Direito, ressaltamos que a educação encontra-se no rol de direitos sociais da Constituição Federal de 1988 (Art. 6º). Direitos sociais, nas palavras de Moraes (2006, p. 175), são, portanto:

Direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria das condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático (...)

Podemos citar, também, em outras palavras:

Como os direitos sociais demandam medidas redutoras de desigualdades – não por acaso o velho Marx dizia que igualdade é igualação – e essas medidas dependem quase que exclusivamente de investimentos estatais até porque a solidariedade não é algo que se possa impor a mentes e corações egoístas (...) (COELHO, s/d, p. 757)

Sendo assim, percebemos que cumpre ao Estado garantir a todos a educação, de forma que essa relação condiz diretamente com os princípios democráticos do nosso país. É, em grande parte, a partir de uma educação de qualidade e comprometida com o modelo de democracia acreditado por nossa Lei, que se fomenta e se efetiva a possibilidade de oportunidade para toda a população, concorrendo, assim, para a redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a escola não pode ser mais um espaço entendido como mero promotor de habilidades cognitivas. Deve, efetivamente, ser encarada como instituição de amplo alcance, posto que está inserida em um meio social, político e econômico. Portanto, além do preparo do aluno com conhecimento científico e cultural, deve procurar, também, fomentar um pensamento crítico que possibilite sua inserção e participação nos espaços públicos.

É a partir dessa compreensão que ressaltamos a relação da escola com a cidadania, de forma que se trata de um ambiente de convivência plural e propício ao debate sobre assuntos de uma maneira geral. Nas palavras de Marshall (1967, *apud* SAVELI; TENREIRO, 2012, p. 52-53):

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania. Está tentando estimular o desenvolvimento de cidadãos em formação. O direito à educação é um direito social genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não o

direito da criança frequentar a escola, mas como o direito do cidadão adulto ter sido educado.

Nesta perspectiva, promover o exercício da cidadania é construir debates e valores, estimular a alteridade e o senso de cooperação e solidariedade, proporcionar discussões que gerem questionamentos e ideias nas mentes de todos aqueles que estão inseridos no ambiente escolar. É nessa linha que procuramos perceber quais os potenciais e as falhas que hoje são encontradas na educação escolar e que relação elas mantêm com as propostas pedagógicas e parâmetros nacionais. Como bem coloca Zizemer (2006, p. 117):

A escola pode ser transformadora da realidade, pode ser um fórum de debates críticos. Ao se guiar pelo senso comum a educação é objeto, quando passa a ser crítica é transformadora, transforma também os seus agentes em sujeitos sobre o mundo e passa a ser sujeito. Como sujeitos, podemos questionar, debater, perguntar, afirmar, enfim, podemos tomar “as rédeas da educação” e fazer opções. A educação que possibilita cidadania é instituto de liberdade. Uma escola cidadã é uma escola em que todos têm o direito de ser sujeitos.

Como já afirmamos, a escola trata-se de um ambiente de amplo alcance, portanto, deve ser encarada em um sentido intersetorial, posto que esse aspecto não só concorre para a participação, de um modo geral, da população na educação, como se torna muito mais propício a uma reafirmação de alteridade, o que faz com que a escola não se constitua enquanto instituição alheia e descomprometida com a realidade, sobretudo, local.

Assim, consideramos que é uma grande oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional ligado aos elementos sócio-político-econômicos que dada sociedade vivencia, auxiliando o estudante a não se desvencilhar de sua realidade e pensando, em conjunto, instrumentos de luta pelos direitos fundamentais, pelo exercício da cidadania. Portanto, “a ruptura da reprodução do sistema por meio da escola é possível, desde que conduza os sujeitos a uma tomada de consciência sobre sua realidade, partindo dela e retornando a esta por meio de ações transformadoras” (DOS REIS, 2010, p. 03).

Destacamos, dessa forma, a participação, também, da família como fator fundamental na construção cidadã do aluno, de maneira que o exercício da cidadania perpassa o lar e, de fato, constitui-se consideravelmente difícil sem o apoio da instituição mais básica da vida de um indivíduo que é a família. Assim, na medida em que esta acompanha suas crianças e adolescentes no espaço escolar, facilita e auxilia no desenvolvimento do papel da escola em promover cidadania, posto que estabelece uma teia de relações onde o caráter dialógico pode ser constantemente aperfeiçoado e utilizado como ferramenta extremamente positiva na efetivação daquilo que aqui defendemos.

Reiterando, assim, o que expomos, consideramos muito válida a posição de Vasconcelos (2007, p. 112) ao citar Polakow (1993):

A escola deve proporcionar às novas gerações aquilo a que Polakow (1993) chama “um sentido de lugar”. E acrescenta: “um lugar é mais do que a soma das suas rotinas, regras, horários, resultados de avaliação (...) um lugar onde as crianças e os jovens sintam que são importantes, não instrumentalmente, porque estão presentes e fazem parte de um número determinado, mas existencialmente, porque se trata de uma paisagem em que elas têm significado e um sentido de pertença” (1993: 159). Entendemos melhor o sentido, anteriormente mencionado, que o latim dá à palavra “civitas” e de onde emergiram palavras como (educação) cívica, civismo, cidadania.

A importância da escola enquanto promotora de cidadania parece-nos, portanto, inquestionável. Para Zizemer (2006, p. 117) “a escola caracteriza-se como um espaço interativo dialético, em que subsistem processos de negação e afirmação de cidadania, num aparente paradoxo”. Os desafios, então, concentram-se em identificar os elementos que auxiliam e os que impedem os avanços e a efetivação de uma educação democrática.

Como já mencionamos, a escola se encontra inserida no meio político, social e econômico e, por isso mesmo, é passível de tornar-se um ambiente de dominação e reprodução de valores unilaterais, não cumprindo sua função de integrar o conhecimento e dinamizar os discursos. Portanto, é de enorme necessidade que os parâmetros que embasam nosso sistema educacional sejam constantemente revistos e verificados se, na prática, estão realmente funcionando.

Esses parâmetros compõem diversos círculos que se interconectam e formam (ou não) a escola democrática. O sistema de dominantes e dominados se desdobra desde a composição e condução do conteúdo ministrado em sala de aula até os modos de sociabilidades estabelecidas no ambiente escolar.

Devemos lembrar que a escola por muito tempo se prestou a um papel de docilização do indivíduo para a sociedade, e que a educação não foi instituída desde sempre para todos. A educação escolar era privilégio de poucos. Então, é neste sentido, que notamos o lento caminhar que ainda possuímos nessa matéria e os resquícios que carregamos de todo esse processo. Libertar-se, pois, de amarras históricas constitui-se em uma tarefa desafiadora, pois:

Se a Escola intenciona realizar uma educação libertadora, considerando todos os elementos como sujeitos, vai trabalhar com as questões de inclusão de todos no processo pedagógico, possibilitando mudanças em situações de exclusão escolar e verticalidade pedagógica, baseada na prática dialógica, na pedagogia da práxis. Dessa forma, de verticalidade pedagógica, passa-se a gerir a escola com horizontalidade pedagógica, o que muda, substancialmente, o tipo de relações

existentes entre a comunidade escolar, que passa a ser participativa e democrática. (ZIZEMER, 2006, p. 91)

Na busca da ruptura dessa verticalidade pedagógica, desse sistema estabelecido e muitas vezes ainda notado no nosso cotidiano, Araújo (2008) sugere alguns aspectos que considera importantes para a promoção da escola democrática, e aos quais estamos de acordo, são eles: a metodologia das aulas; os valores dos membros da comunidade escolar; as relações interpessoais; a gestão escolar e o conteúdo escolar. Esse autor defende, de um modo geral, que todos esses elementos devem se orientar no sentido de se adequarem a uma dinâmica que proporcione a interação saudável e respeitosa entre todos os membros da comunidade escolar e também de gerar um aprendizado plural, considerando a multiplicidade para além das habilidades cognitivas, como por exemplo, a capacidade de diálogo e o embate positivo de ideias, posto a diversidade de comportamentos dos alunos que constituem a escola.

Considerando que “a família é o primeiro espaço de afeto, de segurança e de alteridade, daí constituir-se num primeiro espaço de educação para a cidadania porque é a instância matriz da socialização na vida das crianças” (VASCONCELOS, 2007, p. 112), reiteramos aqui a nossa crença no sucesso escolar em consonância à participação familiar e comunitária, de forma que a escola não exaure todas as necessidades educacionais do indivíduo. Não se trata, entretanto, do foco principal do nosso trabalho abordar esse aspecto, no entanto, deixamos frisado que tal elemento não pode ser desconsiderado ao se pensar a relação entre escola e cidadania.

Assim, debruçamo-nos, sobretudo, no aspecto do conteúdo escolar e da metodologia das aulas como pontos principais do nosso trabalho, de forma que mais a frente iremos desenvolver melhor este tema observando o potencial da Arte e, mais especificamente, da leitura e releitura de imagens, no que concerne à promoção da cidadania.

Então, podemos considerar que a educação democrática, no espaço escolar comprometido com a cidadania, constitui-se em um grande desafio, posto aspectos histórico-culturais arraigados na construção da escola brasileira, bem como pelo fato de ser um ambiente onde a diversidade comportamental, por vezes, gera conflitos que precisam ser orientados no sentido de um diálogo respeitoso, e isso só pode ser realizado com considerável eficácia diante de um trabalho pensado a partir do todo, onde preconceitos e valores autoritários são descortinados. Em suma, nas palavras de Zizemer (2006, p. 147), “escola cidadã é a que trabalha em prol da formação de sujeitos, que leva a sério a questão dos direitos humanos, que compreende o estar no mundo como estar sendo em permanente construção, e o ser humano como inconcluso em sua historicidade”.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO EM ARTE E CIDADANIA

Retomamos aqui elementos já mencionados no capítulo anterior: o conteúdo escolar e a metodologia como pontos a serem considerados na construção da escola democrática. A condução da política educacional nas escolas que permita um pleno desenvolvimento do aluno, que vise sua emancipação, seu pensamento crítico e, por consequência, o seu exercício de cidadania, depende de diversos aspectos, e é, sobretudo, naqueles dois pontos que deteremos nossos esforços para problematizar a relação entre a Arte e a cidadania.

Definir Arte nunca foi e nunca será um papel muito fácil. Trata-se de um universo extremamente amplo, que se relaciona com as mais diversas expressões e que habita o terreno entre o real e o imaginário. É a imitação da realidade e ao mesmo tempo a construção da realidade. Também é o irreal, o lúdico e o onírico. Na medida em que, de alguma forma, extravasamos a força criativa, podemos fazer Arte. O papel do ensino da Arte, portanto, concentra-se no fomento à criatividade. E isso implica liberdade na criação, sensibilidade crítica no olhar e alteridade em relação às inúmeras manifestações desse poder criador.

A Arte, na história, sempre ocupou muitas posições de engajamento, de luta e de voz. As expressões artísticas ligam-se às ideologias, à moral, entre tantas outras coisas. Elas nos contam o passado, o presente e, vez ou outra, profetizam. São amordaçadas quando denunciam, rechaçadas por discursos dominantes e elitistas, e também encantam e abrem portas para diversos âmbitos na vida de um indivíduo. Quando uma Arte é manifestada, dificilmente é para não ser vista e apreciada. A presença da Arte no espaço educacional é prova da sua necessidade na vida do ser humano, posto que esse processo criador lhe é inerente até chegar no seu aspecto transformador. Portanto, a Arte deve ser para todos. Nas palavras de Brant (2006, s/p):

Há muito tempo a experiência artística tem sido dissociada de sua relação com a vida prática das pessoas, como se fosse algo restrito a um certo grupo de privilegiados, que podem se dar ao luxo de adentrar nesse universo supostamente sofisticado. Mas o que se esquece é que a matéria prima para a arte é o mundo, a vida, e que a experiência estética não é privilégio daqueles que podem ter contato com códigos considerados eruditos. Ao contrário, ela permeia o cotidiano das pessoas o tempo todo e possibilita ao ser humano compreender, expressar e recriar a sua existência. É fácil perceber isso quando nos damos conta de que nem sempre conseguimos compreender as dimensões de nosso sentir, ou seja, que muitas vezes encontramos na arte uma maneira de subverter as percepções cotidianas que temos das coisas e dar forma aos nossos sentimentos, sensações, ideias, visões. E assim, expressar aquilo que é indizível, que não podemos comunicar ou perceber de maneira conceitual.

Então, nesse processo criador-transformador, observamos a relação direta que existe entre a Arte e a cidadania. Ora, cidadania, como já ressaltamos, é o exercício pleno dos direitos e deveres que um indivíduo dispõe, é a consciência dos seus direitos políticos e sociais. Essa consciência exige autonomia e criticidade, e a escola democrática deve trabalhar no sentido de fomentar essas características. Isso se dá por meio de uma consideração geral nos aspectos formadores da tarefa educacional, perpassando conteúdo, metodologia, gestão, valores, entre outros.

Nesse sentido, o ensino da Arte pode realizar um grande trabalho nesse empreendimento de estímulo à emancipação do aluno. Entretanto, há de ser revisto o próprio conceito de Arte que permeia a política educacional e até mesmo a cultura que se difunde em cima dessa disciplina. A negligência que muitas vezes notamos sobre tal pode decorrer da precariedade com a qual é tratada por parte do corpo educacional de um modo geral.

A educação, é antes de mais nada, como bem pontuam Leite e Nunes (2011, p. 07) a “possibilidade de afirmação e/ou atribuição de novos significados aos modos de pensar, sentir e agir individual e coletivamente”. Assim, a educação artística não está relacionada tão somente ao desenvolvimento de habilidades artísticas como pintar, desenhar, esculpir, cantar, dançar etc. Com efeito, trata-se, muito mais, de contribuir para a formação de cidadãos, de integrar os alunos ao mundo onde vivem por meio do conhecimento da história, da cultura e dos processos sociais com o auxílio da Arte.

Essa concepção educacional aliada a uma ideia de democracia e cidadania ocorre, sobretudo, a partir da década de 1980, onde “vimos reemergir no país o debate sobre a importância da teoria libertadora, paralelamente ao surgimento de uma nova proposta pedagógica, denominada pedagogia histórico-crítica” (FERNANDES; BARREIRA, 2006, p. 53). O caráter dialógico e de ruptura com o tradicional e estabelecido, assim, é valorizado visando à emergência desse aspecto cidadão no âmbito educacional. Vencer a inércia e o ciclo de reproduções de pensamento dentro das escolas passou a ser o grande desafio desse novo momento.

Sendo a cidadania um conceito que engloba o exercício de inúmeros direitos e implica a tomada de consciência para tal, percebemos a importância de sempre trazer os valores de alteridade para dentro da realidade escolar. Formar o aluno para a cidadania é principalmente ajudá-lo a conhecer o mundo que acontece dentro da sua vivência e que também se relaciona com o mundo do seu lar, de maneira pensante. Neste sentido, Fernandes e Barreira (2006, p. 60-61) são pontuais:

A forma possível para que ocorra a possibilidade desta aprendizagem fundamenta-se na interação dialógica crítica, na qual se considera que todos os indivíduos, ou grupos, possuem histórias e cultura, e que estas necessitam ser consideradas no momento da aprendizagem. Assim, o passado serve como referência cultural importante para se compreender o presente e “imaginar” o futuro. Neste sentido, professor e alunos constroem a cidadania utilizando a experiência da interculturalidade; com isso não se relacionam apenas com os indivíduos de mesma cultura, mas trabalham dentro da perspectiva da possibilidade do diálogo intercultural.

É neste sentido que o ensino da Arte, assim como as demais, necessita de uma atenção especial, posto que não há de cumprir seu papel caso seja pautado sob o crivo de um valor uníssono ou dominante. Se a liberdade e a criticidade são fatores que se ligam ao processo criativo do indivíduo, como basear a educação artística em amarras de um único discurso? Dessa forma, é mister que a concepção de Arte na educação se faça diante de um ambiente onde todos os aspectos escolares se comprometam com o princípio democrático.

Sendo assim, imbuída dos propósitos libertadores e críticos, a Arte deve desdobrar-se no ensino para além das concepções que o senso comum nos apresenta. O clichê de colorir e pintar deve ser superado, pois atividades do tipo integram apenas uma parcela muito pequena do grande universo que a Arte dá conta. Não se trata mais de uma disciplina cuja atenção é voltada ao preenchimento de uma grade curricular. A Arte possui um potencial imenso na tarefa de preparar o aluno para a vida cidadã. As palavras de Silva *et al* (2008, p. 36) são elucidativas nesse contexto:

Observamos que a Arte não é mais um conteúdo escolar para preencher tempo, mas sim contextualizar e articular com as demais áreas do conhecimento. A Arte está presente em todas as rotinas sociais, na história, em nosso dia-a-dia. Ela faz com que o indivíduo pense e repense no seu universo. A Arte está no meio da geografia, da história, da filosofia, da língua portuguesa, da matemática, enfim, ela não fica somente numa caixinha, grade curricular, e sim para nossa existência.

Na medida, pois, em que a Arte tomar o seu devido corpo de disciplina com um grande grau de alcance e diálogo com as outras matérias e âmbitos da vida social, poderemos passar, então, a discutir a sua viabilidade e seu potencial de conscientização e transformação do indivíduo em sociedade.

É sob o olhar dessa reconfiguração paradigmática da Arte que se encontra um dos grandes desafios para a educação nesta disciplina, pois esta se propõe à dinâmica e ao diálogo com as demais. Trata-se de observar, como cita Barbosa (2008, p. 01) “pessoas com suas competências específicas (que) interagem com outras pessoas de diferentes competências e

criam, transcendendo cada um seus próprios limites ou simplesmente estabelecendo diálogos”.

Outro ponto que podemos destacar como de grande importância é o papel do profissional incumbido da educação artística. É constante vermos professores de outras áreas se responsabilizando pelo ensino da Arte como meio de preencher o seu quadro de horários. Ora, mesmo que tenhamos falado desse diálogo existente e necessário que a disciplina estabelece com as outras, faz-se, também, mister, a presença de um profissional habilitado para conduzir adequada e conscientemente a educação nesse sentido. As palavras de Barbosa (2008, p. 04) são claras a esse respeito:

O que não se justifica é que em nome da interdisciplinaridade se entregue as aulas de Arte a professores ignorantes em Arte, de outras disciplinas, que têm pouca carga horária, para melhorar seu salário. Entregar as aulas de Arte para um professor de Inglês ou de Religião que não estudou Arte ou vice versa, só para complementar horário é irresponsabilidade e não interdisciplinaridade.

Consideramos, portanto, esse aspecto de extrema importância em decorrência da mencionada reconfiguração paradigmática da Arte na educação. O profissional habilitado nesta área há de estar apto e sintonizado com a teia de relações que a Arte implica. Então, em outras palavras, o educador em Arte estará a par do leque de articulações possíveis, das conexões, inclusive, com as novas tecnologias, que o ensino nesta disciplina pode se utilizar para um maior alcance do propósito da Arte.

Segundo Damasceno e Cardoso (s/d, p. 02), “mesmo diante desse despreparo dos professores e dos alunos em relação à leitura de textos não verbais, a escola atual tem que assumir, ao lado da alfabetização verbal, a alfabetização visual.” É nesse caminho que vislumbramos uma reflexão em torno da Arte como potencializadora deste tipo de alfabetização tão imprescindível quando a da verbal.

Observado isto, adentramos no aspecto metodológico do ensino em Arte. Esse campo é diretamente ligado à compreensão que se possui da Arte como um todo e como integrante de um quadro curricular. A metodologia implica uma articulação entre prática e teoria e não segue um manual com padrões estabelecidos e inflexíveis, perpassando, portanto, um amplo caminho de planejamento e conhecimento daquilo que se pretende debater no âmbito escolar, bem como das condições de que se dispõe para tal.

Dispomos, ao longo da história da educação, de um número considerável de metodologias utilizadas no ensino da Arte. Dentre as metodologias modernas, podemos citar algumas como: academicista, a qual se liga mais precisamente à formação da personalidade

artística e possuíam exigências matemáticas, científicas e anatômicas nos estudos artísticos; modernista, muito influenciada pelas vanguardas europeias e relacionadas ao espírito emergente da “livre expressão”; e, por fim, a pós-moderna, onde a arte é encarada como expressão e cultura, momento onde a discussão em torno da Arte começava a questionar elementos enraizados à tradição artística da mera produção.

A metodologia pós-moderna objetiva a contextualização da Arte para além do fazer, da produção, como já destacamos. Assim, o esforço do debate era voltado em prol de um caráter analítico e transversal da Arte. Passamos a vivenciar, portanto, uma conjuntura em que o pensamento se direcionava para o desenvolvimento crítico para a Arte.

Sendo assim, notamos o avançar no alcance da Educação em Arte: de uma concepção formadora da personalidade artística, isto é, do aperfeiçoamento das competências artísticas, como por exemplo, a pintura, o desenho, o canto e a dança, onde se exigia habilidades específicas e víamos esse mundo, portanto, mais exclusivo, mais restrito, passando, posteriormente, para um movimento moderno em que a arte assumia um novo valor de livre-expressão até chegar à questão da Arte enquanto expressão e cultura, englobando, portanto, não só as competências artísticas, não só o incentivo à produção, mas também o senso crítico e, logo, ao exercício da cidadania, posto essa tomada de consciência.

Nessa perspectiva, pois, que a arte assume na pós-modernidade, podemos estabelecer a nova configuração que também vai adentrar o mundo escolar, pois como esclarece Silva, Schultz e Machado (2008, p. 46):

Estamos vivendo em um grande momento de interação das diversas áreas do conhecimento, podemos dizer que a Arte configura-se numa área do conhecimento que pode articular a interação entre as outras áreas, pelo fato de poder adaptar e adaptar-se aos diversos fatores sociais, políticos, econômicos, históricos e culturais (...) O ensino da Arte proporciona a criticidade, estimula o desenvolvimento da criança e interage de forma lúdica e espontânea no cotidiano. Através do ensino com Arte, a criança desenvolve o prazer em aprender e a desenvolver seu cognitivo através do olhar observador.

Estendemos o excerto acima também para os adolescentes em fase escolar, principalmente pelo fato de se tratar de um momento onde o debate, sobretudo político, se desdobra com mais veemência.

Pensar a Arte na pós-modernidade, juntamente com a cidadania nessa mesma época, é reafirmar o propósito de caminhada da educação em direção ao Estado Democrático de Direito. Neste sentido, Alves (1997, s/p) é preciso em sua fala ao citar Gilbert (1995):

A cidadania na pós-modernidade vislumbra a política cultural como um novo ingrediente para a construção de uma sociedade emancipada, pois possibilita “interpretar e produzir os significados através dos quais a experiência é representada tornando-se uma importante dimensão dos direitos da cidadania, junto com os de direitos pessoais, e de contrato, participação política e bem-estar”. A concepção globalizada da cidadania é uma marca da pós-modernidade, pois agrega a política cultural em junção com os direitos civis, políticos e sociais da cidadania tradicional.

Então, percebemos que a questão em análise neste trabalho perpassa inúmeros aspectos que concorrem para o panorama geral de objetivos da escola democrática. A cultura é um ponto crucial para compreendermos alguns entraves que existem na fruição da Arte como espaço de expressão para todos e isso se relaciona notadamente com o papel da Arte na educação ao longo do tempo, como já foi destacado. O acesso à Arte e a expressão cultural ainda carrega os preconceitos de uma classe privilegiada. Alves (1997, s/p) mais uma vez, é pontual neste aspecto:

Relacionada à cidadania, podemos dizer que a arte se concretiza como uma fonte de informação desencadeadora de posturas no que concerne a viabilização de oportunidades de produção, assimilação e criação artística. A este processo de utilização dos direitos à fruição artística denominamos de cidadania cultural.

Compreender a cultura como elemento agregador da formação cidadã é indispensável, uma vez que na sua relação com a cidadania implica no reconhecimento das diferenças em seus mais diversos aspectos. Trata-se, pois, de um meio de extrema importância na prática da alteridade, assim como no empoderamento para o devido exercício pleno dos direitos e consciência dos deveres face à multiplicidade dos espaços e identidades com os quais convivemos.

Sendo assim, adentraremos mais a fundo a metodologia pós-moderna do ensino da Arte no capítulo seguinte, onde trataremos da noção de leitura e releitura de imagem, bem como o processo de contextualização da mesma, como prática reafirmadora do caráter de expressão e cultura que a Arte assume nesse momento, observando como tal pode concorrer especificamente na educação para a cidadania.

Educar para a cidadania é oferecer condições ao indivíduo de descortinar as relações de poder visíveis e invisíveis. É proporcionar oportunidades para que haja emancipação por meio de um olhar voltado para a própria experiência em consonância com o universo de diversidades que nos é possível e, assim, viabilizar a transformação social através de instrumentos diversos, inclusive políticos.

CAPÍTULO III – LEITURA E RELEITURA DA IMAGEM

Agora, adentraremos na noção de leitura e releitura de imagem como meio importante na concepção de Arte na pós-modernidade, especificamente, no âmbito da educação escolar. Tal concepção implica falar da Arte enquanto cultura e expressão. Isto acarreta, então, pensar em liberdade e criticidade, isto é, autonomia do indivíduo para analisar as expressões artísticas, compreender as culturas e se posicionar criticamente diante do mundo onde vive.

A escola, e todos os elementos que a compõem – conteúdo, metodologia, gestão e valores – direciona seus esforços objetivando fazer valer o princípio democrático, pretendendo ser peça importante na formação de cidadãos. Nesse sentido, as disciplinas que compõem a grade curricular da escola devem estar de acordo com seus princípios, reafirmando o seu propósito. Assim, o ensino em Arte nesse âmbito se propõe a dispor meios que sirvam de ferramentas no processo de autonomia e desenvolvimento do senso crítico e analítico da Arte. Não se trata, meramente, de formar a personalidade artística da metodologia academicista, mas de estimular o aluno a identificar e a dar significações às imagens que se colocam ao seu redor.

A Arte possibilita o conhecimento de inúmeros panoramas da vida social, proporcionando o debate e a sensibilidade em torno de temas de grande relevância para a sociedade: meio ambiente, política, economia, educação, mídia, entre tantas outras que compõem um rol exaustivo de possibilidades.

O mundo em grande parte de sua totalidade é imagético, e a assimilação daquilo que se vê, para além do olhar superficial, constitui-se em uma das incumbências do ensino da Arte. É nesse contexto que destacamos a importância da leitura e releitura de imagens nesse processo de emancipação e desenvolvimento de senso crítico.

Souza (2011, p. 29) afirma que “ler é uma atividade muito complexa e vai além das interpretações de símbolos gráficos ou códigos de escrita”. A prática da leitura se constrói com base na criticidade. Implica compreensão por parte do agente e gera uma determinada interpretação daquilo que é lido. A importância dessa prática é destacada por Zanzarino, Yoshida e Figureiredo (2009, p. 02):

Ler é dominar a leitura e ter acesso a livros e outros materiais de leitura que falam criticamente a respeito da estrutura hierárquica, ditatorial e discriminatória da nossa sociedade; é ser capaz de detectar aspectos que, por meio das manobras e discursos ideológicos, servem também para forçar o povo a permanecer calado na ignorância.

Ampliamos tal definição para o aspecto abordado em nosso trabalho, que é a linguagem visual, uma bagagem de sentidos é carregada e posta para a assimilação e possíveis manifestações que se interligam àquilo que se é observado.

Para Baliscai e Teruya (2013, p. 18069), apoiados nos ensinamentos de Barbosa (1998), “a leitura é um processo de aquisição de conhecimentos por meio de percepção, interpretação e decifração de códigos emitidos pela imagem”. Então “metodologias de ensino que promovam a alfabetização visual nos dias atuais fazem-se necessárias, pois vêm capacitar o aluno a ler as imagens, e lendo-as, ele estará lendo o mundo.” (DAMASCENO; CARDOSO, s/d, p. 02).

Existe uma gama de possibilidades onde a prática da leitura pode ser trabalhada, e é isso que caracteriza a dinâmica e potencializa a instigação dessa metodologia devido o seu alcance, englobando inúmeras situações em que o aluno poderá se identificar e, posteriormente, trabalhar o seu senso crítico. É necessário, pois, conceber a leitura para além do senso comum de textos escritos, como bem esclarece De Paula (s/d, p. 02):

Ampliar o entendimento sobre leitura pode-se dizer que seja o primeiro passo. A leitura como conceito e não como exclusividade verbal, pode ser entendida de várias formas. Diante da multiplicidade de códigos e linguagens com os quais contracenamos diariamente, exercitamos conscientemente ou não, diversos tipos de leitura. Mais explicitamente o que se quer dizer é que se pode ler tanto um livro como uma figura, uma fotografia, uma obra de arte, uma música, um gesto, uma peça de teatro ou qualquer outra coisa. O homem interage com o mundo lendo e escrevendo nas mais diversas linguagens existentes, recriando-as e, por isto mesmo, multiplicando-as cada vez mais rapidamente.

Dessa forma, percebe-se a proximidade de inúmeros elementos no nosso cotidiano que podem ser alvos da prática de leitura. Nesse contexto, a necessidade que é verificada consiste na alfabetização para além da verbal: também para a visual, pois “estamos expostos a uma infinidade de imagens, é comum olharmos para essas imagens sem ver, por isso é importante observá-las e analisá-las de uma forma mais profunda, para absorver os valores simbólicos expressos por meio dessa linguagem” (TORRES, 2011, p. 17).

O desafio, portanto, que se apresenta no ensino escolar, de um modo geral, para a prática de leitura, consiste no desenvolvimento da percepção do aluno para os textos verbais e não verbais que lhe são postos. A leitura de obras de Arte assume um papel de grande relevância naquilo que almejamos relacionar neste trabalho que é a cidadania pela transversalidade de aspectos em consonância ao caráter instigador que a Arte pode dispor para os alunos, então:

Ao ler obras de arte, trabalham-se as áreas de estética e crítica, pois a leitura de obras de Arte envolve questionamento, a busca, a descoberta e o despertar do senso crítico dos alunos. O fazer Arte nada mais é que o domínio da prática artística, das técnicas e procedimentos construtivos do trabalho. E contextualizar Arte significa operar no domínio da sua História e outras áreas de conhecimento, estabelecendo relações que permitam a interdisciplinaridade no processo de ensino-aprendizagem. (CORREIA, 2013, p. 24)

Assim, reforçamos a dimensão que a Arte assume no ensino escolar: trata-se de um espaço que supera o velho academicismo e paira sobre a nova perspectiva concebida na pós-modernidade da Arte enquanto expressão e cultura. É nesse sentido que o trabalho desenvolvido no âmbito escolar deverá ser orientado a fim de traçar objetivos e estratégias no ensino da Arte.

Aqui reafirmamos o aspecto cultural que se apresenta na construção do fomento à prática da leitura. A procura por trazer para a sala de aula as obras de Arte deve ser pensada como uma possibilidade de disseminar um mundo que muitas vezes se faz restrito ao conhecimento de uma classe. Segundo Rio Branco (2011, p. 30):

Percebe-se claramente que dentro do contexto escolar o aluno tem grandes possibilidades de conhecer a cultura do seu povo e de outros povos. Por isso, é de grande importância que seja aplicada constantemente a leitura de obras de Arte de diversos artistas para que tenha conhecimento diversificado, até porque o mundo está cada dia mais envolto a muitas imagens que estão presentes em seu contexto. A possibilidade que se tem de manter contato com as obras de Arte é muito escassa dentro do contexto escolar, e poucas são as escolas que têm professores que fazem essa prática com seus alunos.

Disto isto, percebemos que ler, no aspecto aqui abordado, é compreender e atribuir uma interpretação aos símbolos e códigos que compõem uma imagem. Tal fase pode ser seguida de outra prática muito cara à arte-educação: a releitura da imagem. Essa fase implica o que mencionamos anteriormente sobre a reconfiguração da Arte e compreensão dos elementos que a disciplina dispõe no propósito de expressão e cultura. Queremos dizer, com isso, que à releitura importa muito mais a manifestação de sentido que a mera cópia de uma imagem baseada em técnicas artísticas.

Reler, portanto, “é ler novamente, é recriar, reconstruir, transformar algo já existente, já criado sem que haja o compromisso de manter a visualidade, composição e elementos semelhantes ao original” (BALISCEI; TERUYA, 2013, p. 18072). O que se busca, portanto, não é a cópia, posto que a releitura é “associação entre o entendimento da realidade do aluno e os elementos por ele percebidos na imagem. Não deve ser

representação fiel, pois a imagem observada não é modelo para os alunos copiarem, é um suporte interpretativo” (DE PAULA, s/d, p. 06).

Neste sentido, de diferenciar cópia e releitura para um melhor empreendimento na noção aqui abordada, vale destacar a contribuição de uma importante autora para o ponto em questão, como será exposto no seguinte subtópico.

3.1. A Proposta Triangular de Ana Mae Barbosa

A proposta feita por Barbosa inicialmente foi difundida como metodologia, designação, a qual, posteriormente, foi corrigida pela própria autora, posto que para esta a escolha do método é de responsabilidade do professor. A noção desenvolvida por Barbosa influenciou os Parâmetros Curriculares Nacionais e consiste em três pontos principais: produção, fruição e contextualização.

A Proposta Triangular de Barbosa, nas palavras de Correia (2013, p. 24):

Permite uma interação dinâmica e multidimensional, no interrelacionamento das três ações básicas com as três decorrentes: decodificar/codificar, experimentar, informar e refletir. É importante frisar que a proposta não é procedimento dominante ou hierárquico na combinação das várias ações e conteúdos. Pelo contrário, aponta para a pertinência na escolha de determinadas ações e conteúdos, enfatizando a coerência entre objetivos e métodos.

A noção superficial desta proposta é um dos desafios que precisam ser superados pelos educadores em Arte, pois muitas vezes a ação da releitura é confundida com a cópia, o que dificulta o empreendimento de despertar e estimular a livre expressão e o senso crítico do aluno que relê uma determinada obra de Arte.

Neste sentido, para que a Proposta Triangular aconteça da maneira tal qual Barbosa formulou, é necessário que haja primeiramente uma ruptura com o senso comum que permeia a mentalidade dos próprios educadores. Conceber a releitura como prática que se interliga a outras ações não limitadas à mera reprodução da obra de Arte é um primeiro passo. Barbosa (1998, *apud* TORRES, 2011, p. 15) nos chama atenção para as atitudes que perpassam o olhar sobre a imagem:

Apreciar, educar os sentidos e avaliar a qualidade das imagens produzidas pelos artistas é uma ampliação necessária à livre-expressão de maneira a possibilitar o desenvolvimento contínuo daqueles que, depois de deixar a escola, não se tornarão produtores de Arte. Através da apreciação e da decodificação de trabalhos artísticos, desenvolvemos fluência, flexibilidade, elaboração e originalidade – os processos básicos da criatividade. Além disso, a educação da apreciação é fundamental para o desenvolvimento cultural de um país. Este

desenvolvimento só acontece quando uma produção artística de alta qualidade é associada a um alto grau de entendimento desta produção pelo público.

A partir do exposto, é que podemos compreender o caráter que possui a Proposta Triangular de Barbosa: superar o óbvio que a ação da cópia supõe e dar concretude à ideia de releitura como prática autônoma e capaz que o indivíduo dispõe de expressar o sentido que ele atribui à imagem que ele observa. Isto vai de encontro ao que afirmam Baliscei e Teruyia (2013, p. 18071): “o encaminhamento que valoriza a aprendizagem proporcionaria uma leitura flexível, receptiva às interferências e às visões múltiplas dos/as alunos/as, podendo relacioná-las às suas experiências e às outras leituras de textos feitas dentro ou fora do ambiente escolar.”

Então, a proposta de Barbosa ultrapassa o traço reducionista que por algum tempo insistiu em permear a noção de Arte na educação. Ela conjuga elementos e implicações importantes que auxiliam na expansão da leitura de imagem para os campos de conhecimento e manifestação do objetivo e do subjetivo no indivíduo. Assim, “a releitura pode ser entendida como uma atualização do olhar que constantemente se transforma e que se sobrepõe a cada nova leitura, pois ao fazê-la, ampliamos nosso olhar, acrescentamos novos significados, modificando a nós próprios” (BALISCEI; TERUYA, 2013, p. 18073).

Ademais, pensar o que está posto e expressar a visão que se delinea em torno daquilo, é uma das nuances que assume a prática da releitura. Não se trata, pois, de reproduzir, de repetir, mas de proporcionar mais corpo ao processo criador: atitude que parte da alfabetização visual, ultrapassando o mero aprendizado das técnicas e formalidades da Arte e chegando até o potencial de expressão baseado em um olhar crítico.

A articulação entre as metodologias da educação em Arte proporcionam criação e comunicação: a oportunidade para desenvolver habilidades é dada e isso não importa num senso julgador do que é Arte “boa” ou “ruim”. A releitura demonstra-se de grande consideração na relação com a educação em cidadania porque implica aspectos importantes e comuns aos dois: autonomia e senso crítico.

Não pretendemos desprezar a criação artística pautada na formalidade e na técnica. O que procuramos apontar é que isto é apenas um lado em que se detém a Arte enquanto disciplina escolar, e que, dessa forma, desdobra-se em um papel muito mais amplo dado à sua relação com inúmeras áreas do mundo onde vivemos, possuindo, portanto, um potencial de imensa relevância que é a promoção de consciência e postura política dentro de uma sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, constatamos a possibilidade de diálogo entre educação e Arte na promoção do exercício da cidadania, começando pela afirmação do propósito democrático na instituição escolar. Ao se imbuir dos valores da democracia, a escola passa a rever todos os elementos que a compõem, desde a postura que adota os seus membros, quanto ao conteúdo, a metodologia e a gestão que ali se realiza. O ensino assume, portanto, uma tarefa que foge às meras formalidades e procura estabelecer uma comunicação com a realidade vivenciada pelo indivíduo.

A cidadania é o exercício dos direitos e deveres que um sujeito no Estado democrático de direito possui. Entretanto, para que isto seja possível, é necessário que haja uma tomada de consciência, uma emancipação do indivíduo em seu meio social a fim de pensar por si mesmo e questionar o sistema onde vive, conhecendo, identificando, problematizando e transformando o espaço e a dinâmica encarados.

Assim, para conhecer, identificar, problematizar e, por consequência, dispor da capacidade de revolucionar seu meio social, o senso de liberdade e de criticidade devem se fazer presentes. É neste sentido que expomos o papel que a Arte pode empreender na tarefa de estimular a emancipação do indivíduo, por meio da contextualização, leitura e releitura de imagens (obras de Arte).

A contextualização da obra de Arte busca analisar e permitir à reflexão sobre as diversas manifestações de Arte, em suas relações espaciais e temporais, nos diferentes grupos sociais e étnicos, interagindo com o patrimônio tanto nacional quanto internacional, em sua dimensão sócio-histórica.

A leitura, para além do campo verbal, requer compreensão, interpretação e identificação dos códigos e símbolos da linguagem que se é transmitida. Diante, pois, da era imagética que vivenciamos, a alfabetização para a imagem se faz de enorme necessidade. Essa prática também possibilita o reconhecimento das culturas que permeiam nosso mundo e, no âmbito educacional, dispõe de potencial para o exercício da alteridade.

A Arte-educação necessita, além de um espaço democrático de ensino, de profissionais habilitados que estejam a par da reconfiguração da Arte na escola da pós-modernidade, onde a cultura e a expressão são empreendidas a fim de ampliar o alcance da disciplina. Não se trata de fomentar a mera reprodução artística ou as competências

específicas, e sim, formar habilidades que se manifestam consoante à liberdade e o senso crítico do indivíduo.

É nessa linha de pensamento que acreditamos que a releitura de imagens, na Proposta Triangular formulada por Ana Mae Barbosa, pode nos auxiliar no propósito da democracia e no estímulo ao exercício da cidadania no espaço escolar, promovendo a interlocução entre escola e realidade e se traduzindo em potencial de transformação social.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. A informação, a cidadania e a arte: elos para a emancipação. In: **Informação & sociedade**: Est, João Pessoa, v.7, n.1, p.12-25, jan./dez. 1997.

ARAÚJO, U. F. **A construção da cidadania e de relações democráticas no cotidiano escolar**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_5_ulisses_construcao_democracia.pdf. Acesso em: 05/09/2014.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. São Paulo: Guanabara, 1978.

BARROS, A. M. de; SANTOS, E. C. C. dos. **Educação, cidadania e cultura**: reflexões sobre financiamento estatal na promoção da cultura nas cidades do Interior – o papel do FUNCULTURA na promoção do acesso e apreciação da arte como um direito em PE.

BARBOSA, A. M. Arte na educação: Interterritorialidade refazendo interdisciplinaridade In: **Design, arte e tecnologia**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, PUC-Rio e Unesp-Bauru, 2008.

BRANT, L. **Arte-cidadania**. Disponível em: <<http://brant.com.br/arte-cidadania/>> Acesso em: 03/09/2014.

BALISCEI, J. P; TERUYA, T. K. **Leitura e releitura de imagens**: possibilidades de desenvolvimento de alfabetização visual crítica. Curitiba, Paraná, 2013.

SILVA, F. A. B. da; ARAÚJO, H. E. (orgs.) **Cultura viva**: avaliação do programa arte, educação e cidadania. Brasília: Ipea, 2010.

DAMASCENO, L. S; CARDOSO, H. C. S. **A leitura da imagem visual no contexto escolar**: interferências. Disponível em: <http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/33987/docuemnto.pdf>. Acesso em: 19/09/2014.

REIS, M. P. dos. A escola no processo de construção da cidadania. In: **XIII MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA e VIII MOSTRA DE EXTENSÃO UNICRUZ** – Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, Cruz Alta, Rio Grande do Sul, 2010, p.1-4.

FERNANDES, C. M; BARREIRA, C. R. A. Educação, arte e cidadania: o resgate histórico-cultural como elemento de transmutação social. In: **Avesso do avesso**, v.4, n.4, p. 52-73, nov. 2006.

LEITE, A. P; NUNES, R. S. **Paulo Freire e Arte-educação** – matrizes de uma metodologia de formação de educadores sociais. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1305887454_ARQUIVO_PAULO_FREIRE&ARTE-EDUCACAO-XICONLAB_Salvador,07-10.ago.2011_.pdf> Acesso em: 06/09/2014.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MENDES, G. F; COELHO, I. M; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PAULA, D. R. de. **Leitura de imagem na prática pedagógica**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1577-8.pdf> Acesso em: 09/09/2014.

SAVELI, E. L; TENREIRO, M. O. V. **A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais**. In: **Teoria e prática da educação**, v. 15, n. 2. P. 51-57, maio/ago. 2012.

SENA, D. C. S. **Leitura e releitura de uma obra de arte – um olhar infantil e alfabetização estética**. Disponível em: <http://www.ccsa.ufrn.br/6sel/anais/public/papers/gt6-13.pdf>. Acesso em: 07/09/2014.

SCHULTZ, V. Leituras e releituras em aulas de artes visuais práticas escolares e processos de criação. In: **20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**, Subjetividades, utopias e fabulações. Rio de Janeiro: Anpap, 2011. p. 1206-1219.

SILVA, A. F; SCHULTZ, C; MACHADO, I. H. **A arte-educação no cotidiado escolar**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/548_640.pdf Acesso em: 05/09/2014.

SOUZA, R. F. **Artes visuais: leitura de imagem e a apuração do olhar para o ensino da arte**. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Vis-UAB/tcc-raimunda-figueiredo-rio-branco>. Acesso em: 08/09/2014.

VASCONCELOS, T. A importância da educação na construção da cidadania. In: **Saber e Educar**, n. 12, Lisboa, Portugal, 2007.

ZANZARI, M. P; YOSHIDA, S. M. P. F; FIGUEIREDO, L. M. S. **A leitura na escola: anos iniciais**. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2009/11/12/outros/419c3c195c55e4ab05add73f686f46d4.pdf>. Acesso em: 09/09/2014.

ZIZEMER, J. S. **A construção da cidadania na escola pública: avanços e dificuldades**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade de Passo Fundo, 2006.